

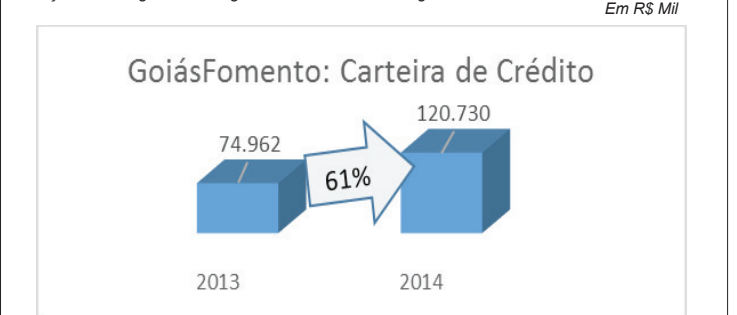
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2014		
Senhores Acionistas,		
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Agência de Fomento de Goiás S/A – GoiásFomento relativas aos Exercícios de 2014 e 2013, que encerraram-se respectivamente em 31/12/2014 e 31/12/2013, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.		
As ações contidas no Programa de Fomento ao Desenvolvimento Econômico constantes do Plano Plurianual de Investimento têm como foco a geração e manutenção de emprego e renda, por meio da concessão de crédito e visa a elevação dos investimentos produtivos nos diversos setores da economia goiana. Como responsável por esse programa, a GoiásFomento promoveu a concessão de crédito com Recursos Próprios a 995 micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e autônomos com mais de R\$ 57,6 milhões contratados. Como Agente Operador do FCO e agente financeiro do BNDES contraiu mais de R\$ 17,3 milhões. O saldo da carteira de crédito com risco próprio no final do exercício de 2014 ficou em R\$ 120,8 milhões crescendo 61% em relação ao saldo do final de 2013. Como agente financeiro dos Fundos Estaduais, as operações de crédito com recursos do FunMineral, Crédito Produtivo e CREDIPAI somaram 1.361 operações com R\$ 32,3 milhões contratados. As contratações de financiamentos de incentivos fiscais por meio do Programa Produzir e seus subprogramas somaram R\$ 10,5 bilhões beneficiando 69 empreendimentos industriais.		
1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS		
RESULTADOS:	EXERCÍCIO DE 2014 (Em R\$ Mil)	EXERCÍCIO DE 2013 (Em R\$ Mil)
Receitas Operacionais	33.478	25.569
Resultados de Prestação de Serviços	9.185	5.847
Resultados Operacionais	3.683	2.258
Lucro Líquido Antes dos Juros s/ Cap. Próprio	2.879	2.645
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativos Totais	210.862	165.360
Operações de Crédito	120.730	74.962
Patrimônio Líquido	170.857	140.691
INDICADOR FINANCEIRO		
Índice de Lucratividade	8,60%	10,34%

Os Ativos Totais da GoiásFomento somaram **R\$ 210,9 milhões**, crescendo **27,5%** sobre 31/12/2013, ocorrido em parte pela capitalização em 2014 e pelo crescimento da carteira de repasse.

O resultado (lucro líquido e juros s/ capital próprio) do exercício foi de **R\$ 2,9 milhões**. Houve elevação na taxa de rendimento dos recursos em tesouraria passando de **0,63%** na média mensal para **0,82%**, com variação de **30,2%** em face da elevação da SELIC no decorrer de 2014. Da mesma forma, a expansão das operações de crédito também propiciou crescimento das carteiras em **61%** e de suas respectivas receitas na ordem de **21,4%**, com taxa média mensal de rendimento de **1,51%**.

O Patrimônio Líquido (PL) da GoiásFomento elevou-se de **R\$ 140,7 milhões** em 31/12/2013 para **R\$ 170,9 milhões** em 31/12/2014, ou seja, **21,5%** maior face a integralização de **R\$ 29,7 milhões** ao capital da GoiásFomento ocorrida em maio de 2014.

O Patrimônio de Referência (PR) da GoiásFomento em 31/12/2013 foi de **R\$ 140,7 milhões**, passando para **R\$ 170,9 milhões** em 31/12/2014, o que possibilita alavancar operações de crédito de repasses ao setor privado em mais de **R\$ 1,5 bilhão**. A expansão da carteira no período só foi possível após a integralização de capital sendo que as operações com recursos próprios têm atendido demandas de crédito do setor privado. Entretanto, financiamentos para projetos de infraestrutura econômica e social destinados aos municípios goianos dependerão de novos aportes de capital, os quais contribuirão para a redução das desigualdades regionais e um crescimento igualitário.



2. PERSPECTIVAS

O Planejamento Estratégico 2015-2019 foi elaborado considerando políticas governamentais para o setor produtivo e segue orientações estratégicas de sua jurisdição - a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, a qual é a responsável pelas principais políticas de fomento ao desenvolvimento do Estado. Essa integração de ações possibilitará que a GoiásFomento continue cumprindo seus objetivos institucionais. Os ajustes previstos na estrutura organizacional, os investimentos a serem realizados e o desenvolvimento das ações previstas no Plano de Ações do Planejamento Estratégico proporcionarão a continuidade na expansão das operações de crédito com a diversificação da carteira.

A expansão dos pontos de captação por meio do credenciamento de correspondentes bancários é parte da estratégia de ampliação da concessão de crédito, em especial, dos repasses do FCO, BNDES e FINEP. No mesmo sentido, a criação e diversificação de linhas de crédito por meio do Cartão Fomento, entre outras modalidades, permitirão que a GoiásFomento continue cumprindo seus objetivos institucionais e sua missão.

Como uma das formas de apoio ao desenvolvimento municipal, o Governo Estadual por meio da GoiásFomento está buscando sua capitalização para somar-se aos recursos de repasses de programas do BNDES e CIDADES destinados ao financiamento de municípios visando a melhoria da infraestrutura econômica e social, gestão da arrecadação tributária, cadastro imobiliário entre outras.

A gestão administrativa, orçamentária e financeira da GoiásFomento tem como foco a melhoria da estrutura organizacional, a redução de custos, a excelência no atendimento aos micro e pequenos empresários, maior agilidade nos processos decisórios, redução no tempo de resposta aos clientes, a otimizando na aplicação e utilização dos recursos disponíveis.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva da GoiásFomento apresenta aos seus acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e a todos aqueles que contribuíram para mais um ano de sucesso, os resultados positivos da Agência, agradecendo a todos.

Goiânia (GO), 06 de março de 2015	
HUMBERTO TANNÚS JÚNIOR Diretor - Presidente	ALAI DA SILVA ROCHA Diretor Administrativo e Financeiro
SÉRGIO DUARTE DE CASTRO Diretor de Prospeção de Oportunidades de Negócios	ÁLVARO AUGUSTO CRUZ FONSECA DOS REIS Diretor de Operações

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (EM R\$ MIL)		
ATIVO	31/12/14	31/12/13
CIRCULANTE	136.362	117.365
DISPONIBILIDADES	283	250
APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	27.596	2.250
Aplicações Interf. de Liquidez (NOTA 4)	27.596	2.250
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	40.339	72.731
Carteira Própria (NOTA 5)	40.339	72.731
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	46.134	29.815
Empréstimos Setor Privado	35.425	25.347
Financiamentos Setor Privado	18.020	9.253
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	266	44
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(7.577)	(4.829)
OUTROS CRÉDITOS	21.645	11.987
Diversos (NOTA 7)	21.645	11.987
OUTROS VALORES E BENS	365	332
Outros Valores e Bens (NOTA 8)	365	332
NÃO CIRCULANTE	74.500	47.995
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	68.516	41.457
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	61.896	37.425
Empréstimos Setor Privado	18.282	13.253
Financiamentos Setor Privado	46.001	26.510
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.736	555
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(5.123)	(2.893)
OUTROS CRÉDITOS	6.620	4.032
Diversos (NOTA 7)	6.620	4.032
PERMANENTE (NOTA 9)	5.984	6.538
IMÓVEIS DE USO	3.940	4.013
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(349)	(276)
IMOBILIZADO DE USO	530	604
Imobilizado de Uso	1.636	1.735
Depreciações Acumuladas	(1.106)	(1.131)
DIFERIDO	2	2
Gastos com Logiciais	73	73
Amortizações Acumuladas	(71)	(71)
INTANGÍVEL	1.512	1.919
Ativos Intangíveis	2.338	2.319
Amortizações Intangíveis	(826)	(400)
TOTAL DO ATIVO	210.862	165.360
PASSIVO	31/12/14	31/12/13
CIRCULANTE	11.665	9.365
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	3.646	1.495
Repasse do País - BNDES	1.286	292
Repasse do País - FCO	2.360	1.203
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)	7.619	7.870
Sociedade Estatutária	1.611	1.473
Fiscais e Previdenciárias	2.003	591
Dotação para Aumento de Capital	140	334
Diversas	3.865	5.472
NÃO CIRCULANTE	199.597	155.995
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	28.740	15.304
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	28.740	15.304
Repasse do País - BNDES	10.452	2.585
Repasse do País - FCO	18.288	12.719
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	170.857	140.691
Capital Social (NOTA 12)	163.315	103.725
Reservas para Aumento de Capital	-	29.653
Reserva de Lucros	7.542	7.313
TOTAL DO PASSIVO	210.862	165.360

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM R\$ MIL)				
DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre de 2014	EXERCÍCIOS		
		31/12/2014	31/12/2013	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	11.744	20.543	15.307	
Operações de Crédito	7.124	12.979	10.693	
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	4.620	7.564	4.614	
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(5.974)	(9.337)	(5.056)	
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.974)	(9.337)	(5.056)	
Provisão p/ Desvalorização	-	-	-	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	5.770	11.206	10.251	
OUTRAS RECEITAS (/DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.202)	(7.523)	(7.993)	
Receitas de Prestação de Serviços	4.357	9.185	5.847	
Despesas de Pessoal	(6.674)	(12.395)	(10.410)	
Outras Despesas Administrativas	(2.543)	(5.143)	(5.088)	
Despesas Tributárias	(14)	(25)	(45)	
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	2.107	3.749	4.415	
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(1.435)	(2.894)	(2.712)	
RESULTADO OPERACIONAL	1.568	3.683	2.258	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2)	(19)	136	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.566	3.664	2.394	
Imposto de Renda e Contribuição Social (NOTA 15)	(947)	(785)	251	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO	619	2.879	2.645	
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(289)	(1.608)	(1.471)	
LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00	0,004	0,018	0,026	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (EM R\$ MIL)						
EVENTOS	CAPITAL REALIZA-DO	AUMEN-TO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMU-LADOS	TOTAL
			LEGAL	EXPA-SÃO	INCEN-TIVOS FISCAIS	
SALDO EM 30/06/2014	134.968	28.347	2.751	886	3.575	- 170.527
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Dotação p/ Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Transferência p/ Aum. de Capital	28.347	(28.347)	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	31	-	(31)	619
Reserva para Expansão	-	-	-	299	(299)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(289)	(289)
SALDO EM 31/12/2014	163.315	-	2.782	1.185	3.575	- 170.857
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	28.347	(28.347)	31	299	-	330
SALDO EM 31/12/2012	101.713	-	2.506	1.367	3.575	- 109.161
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(654)	-	(654)
Dotação p/ Aumento de Capital	-	29.653	-	-	-	29.653
Aumento de Capital	-	2.012	-	(655)	-	1.357
Transferência p/ Aum. de Capital	2.012	(2.012)	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.645	2.645
Reserva Legal	-	-	132	-	(132)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	1.042	(1.042)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(1.471)	(1.471)
SALDO EM 31/12/2013	103.725	29.653	2.638	1.100	3.575	- 140.691
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.012	29.653	132	(267)	-	31.530
SALDO EM 31/12/2013	103.725	29.653	2.638	1.100	3.575	- 140.691
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(521)	-	(521)
Dotação p/ Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	29.937	-	(521)	-	29.416
Transferência p/ Aum. de Capital	59.590	(59.590)	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.879	2.879
Reserva Legal	-	-	144	-	(144)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	1.127	(1.127)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(1.608)	(1.608)
SALDO EM 31/12/2014	163.315	-	2.782	1.185	3.575	- 170.857
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	59.590	(29.653)	144	85	-	30.166

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2014 - (EM R\$ MIL)				
	2º Semestre de 2014	EXERCÍCIOS		
		31/12/2014	31/12/2013	
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações				
Lucro Líquido	619	2.879	2.645	
Despesas de Depreciação e Amortização	315	474	243	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.336	(25.346)	(167)	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	18.584	32.392	(19.693)	
Operações de Crédito	(23.312)	(40.789)	(14.125)	
Outros Créditos	(6.802)	(12.246)	(5.604)	
Outros Valores e Bens	(38)	(33)	9	
Outras Obrigações	(1.090)	(251)	1.069	
Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	(8.188)	(42.920)	(35.623)	
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento				
Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.802	15.587	8.607	
Aumento de Capital em Dinheiro	-	29.415	31.010	
Dividendos Propostos	-	(521)	(654)	
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(289)	(1.608)	(1.471)	
Total de Ingresso de Recursos	8.513	42.873	37.492	
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos				
Imobilizado de Uso	(53)	99	147	
Imóveis de Uso	(1)	-	(197)	
Aplicações no Intangível	(7)	(19)	(1.978)	
Total dos Recursos Captados/Aplicados	(61)	80	(2.028)	
Variação Líquida de Caixa	264	33	(159)	
Início do Período	19	250	409	
Fim do Período	283	283	250	
Redução das Disponibilidades	264	33	(159)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (EM R\$ MIL)	
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL	
A Agência de Fomento de Goiás S/A, é uma Instituição Financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Lei Estadual nº 13.533, de 15/10/1999, sendo empresa de economia mista de capital fechado, tendo por finalidade FOMENTAR o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são: • Concessão de Operações de Crédito com Recursos Próprios; • Operações de Repasses do BNDES e FCO; • Administração de Fundos e Recursos Governamentais, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL e FUNPRO-DUZIR. A Agência participa do FGI – Fundo Garantidor de Investimento juntamente com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento em 100 mil reais. A autorização para o fechamento das Demonstrações Contábeis da Instituição, referente ao exercício de 2014, foi dada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2015.	
NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
a) Moeda de apresentação e funcional As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.	
b) Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras As Demonstrações Contábeis foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade de demonstrações contábeis, reconhecidos por normativas editadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN com também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que não conflitam com as normas do Conselho Monetário Nacional – CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras da Agência, conforme abaixo: • CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN); • CPC-03 – Elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 03.05.2008, do CMN); • CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN); • CPC-10 – Pagamentos Baseados em Ações (Resolução nº 3.989, de 30/06/2011, do CMN); • CPC-23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (Resolução nº 4.007, de 25/08/2011, do CMN); • CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN); • CPC-26 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e • CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009). As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	
a) Critérios de reconhecimento dos resultados As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes: • Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são registrados "pro rata die" no período em que ocorrem; • As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e • São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável. b) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias incorridos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessária. As obrigações são demonstradas pelo seu valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO e os recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.	
c) Uso de estimativas A preparação das demonstrações incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas e premissas.	
d) Caixa e equivalentes de caixa Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.	
e) Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por empréstimos e repasses As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.	
f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classificadas e avaliadas em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:	
i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre o resultado das operações.	
ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do resultado líquido. Os resultados líquidos são reconhecidos em efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.	
Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.	

continua>

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS

Descrição	Exercícios	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendas a Receber	15.500	10.166
Adiantamentos e Ant. de Salários	73	178
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 15)	6.620	4.032
Imposto de Renda a Compensar	148	64
Imposto de Renda a Recuperar	856	417
Devedores por Compras de Valores e Bens (Longo Prazo)	57	90
Devedores por Depósitos em Garantia	4.686	591
Crédito por Avals e Fianças Honradas - FGI	100	-
Outros	225	481
Total	28.265	16.019
Curto Prazo	21.645	11.987
Longo Prazo	6.620	4.032

NOTA 8 – OUTROS VALORES E BENS

Descrição	Exercícios	
	31/12/14	31/12/13
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO		
Uma gleba de terras de 25 alqueires no Mun. de Posse - Goiás	50	50
Duas casas residencial em no Município de Cumari em Goiás	26	26
Um lote urbano no Mun. De Aragarças em Goiás	18	18
Um sobrado de 4 suítes no Mun. de Ipameri em Goiás	77	77
Uma casa residencial/comercio no Mun. de Nazário em Goiás	50	50
Uma casa residencial no Mun. de Cidade de Goiás em Goiás	25	25
Uma casa residencial no Mun. de Rubiataba em Goiás	70	70
Uma casa residencial no Mun. de Goiatuba em Goiás	35	
Sub-total	351	316
DESPESAS ANTECIPADAS		
Assinaturas e Seguros	14	16
Sub-total	14	16
Total	365	332

NOTA 9 – PERMANENTE

Descrição	Exercícios				
	31/12/14				31/12/13
	Taxa	Custo	Deprecia- ção	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis de Uso – Terrenos		2.422	-	2.422	2.422
Imóveis de Uso - Edificações	4%	1.867	(349)	1.518	1.591
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	570	(346)	224	235
Outras Imobilizações	10%	1.066	(760)	306	369
Diferido/Logiciais	20%	73	(71)	2	2
Intangível	20%	2.338	(826)	1.512	1.919
Total		8.336	(2.352)	5.984	6.538

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, a saber:

DESCRIÇÃO – BNDES		Exercícios	
Taxa Média	Prazo Médio	31/12/14	31/12/13
4,42% a.a.	7 anos	11.712	2.877
Total		11.712	2.877
Curto Prazo		1.260	292
Longo Prazo		10.452	2.585

DESCRIÇÃO – FCO		Exercícios	
Taxa Média	Prazo Médio	31/12/14	31/12/13
5,19% a.a.	6 anos	20.674	13.922
Total		20.674	13.922
Curto Prazo		2.386	1.203
Longo Prazo		18.288	12.719

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações		Exercícios	
Descrição		31/12/14	31/12/13
Dividendos e Bonificações a Pagar (NOTA 16)		1.611	1.473
Fiscais e Previdenciárias		1.247	591
Impostos e Contribuições		753	578
Credores Diversos		1.171	1.692
Dotação p/ Aumento de Capital		140	334
Provisão de Férias		693	601
Contingências		249	457
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos		1.317	1.811
Outras – Diversas		438	333
Total		7.619	7.870

NOTA 12 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de R\$ 163.314.977,76 totalmente integralizado é representado por 163.314.978. ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2014, foi procedido aumento do capital social no montante de R\$ 29.936.245,99 com emissão de 29.936.246 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo: R\$28.346.600,00 em espécie e o restante com dividendos e reservas. As Atas das Assembleias: Geral Extraordinária (23/05/14) e Geral Ordinária e Extraordinária (29/04/2014) que aprovaram o aumento de capital estão devidamente homologadas pelo Banco Central do Brasil e registradas na Junta Comercial do Estado de Goiás.

NOTA 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º Semestre de 2014	Exercícios	
		31/12/14	31/12/13
Água, Energia e Gás	112	201	172
Aluguéis	49	73	51
Comunicação	129	256	250
Honorários	709	1.428	1.646
Manutenção e Conservação	118	198	140
Material de Expediente	16	36	30
Pessoal	6.674	12.395	10.410
Terceiros	445	859	791
Propaganda / Publicidade e Publicações	117	280	310
Técnicos Especializados	227	502	460
Vigilância e Segurança	93	185	244
Transportes	92	196	220
Outros	450	954	819
Total	9.231	17.563	15.543

NOTA 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre de 2014	Exercícios	
		31/12/14	31/12/13
Outras Receitas			
Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	764	1.603	2.298
Recuperação de Encargos e Despesas	1.259	1.637	1.049
Outras	84	509	1.068
Total de outras receitas	2.107	3.749	4.415
Outras Despesas			
COFINS	685	1.247	898
PASEP	111	202	146
ISSQN	218	459	291
Amortização do Intangível	213	425	164
Depreciação	116	238	277
Descontos Concedidos	-	20	687
Outros	92	303	249
Total de outras despesas	1.435	2.894	2.712

NOTA 15 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO

15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Base de tributação

Descrição	Exercício – até 31/12/14	
	Imposto de Renda	Contribui-ção Social
Resultado do Período	3.664	3.664
(-) Juros de Capital Próprio	(1.608)	(1.608)
= Resultado ajustado	2.056	2.056
+ Adições		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2014	12.700	12.700
Operações de Crédito maior que 30 mil em 2014	3.756	3.756
Despesas não Dedutíveis	314	314
Total das adições	16.770	16.770
(-) Exclusões		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2013	(8.254)	(8.254)
Operações de Crédito até 5 mil - Risco H	(156)	(156)
Operações de Crédito maior que 30 mil a mais de 1 ano	(1.069)	(1.069)
Outras Exclusões	(857)	(857)
Total das exclusões	(10.336)	(10.336)
= Lucro real	8.490	8.490
Imposto de Renda	2.098	-
Contribuição Social	-	1.274
Constituição Líquida de Créditos Tributários	(2.948)	(1.427)
Realização de Líquida de Créditos Tributários	1.331	457
Total da despesa	481	304

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do BACEN nº 3.171 de 30 de dezembro de 2002. Conforme dispõe a Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.059, de 20/12/2002, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/14, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.

Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrição	Imposto de Renda		Contribui-ção Social	Total
Saldo em 31/12/13	2.520	1.512	4.032	
Constituição no exercício	2.948	1.428	4.376	
Realização no exercício	(1.331)	(457)	(1.788)	
Saldo em 31/12/14	4.137	2.483	6.620	
Total a Curto Prazo	2.362	851	3.213	
Total a Longo Prazo	1.775	1.632	3.407	

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrição	2015		2016	
	1º Sem/15	2º Sem/2015	1º Sem/2016	A partir do 2º Sem/2016
Imposto de Renda	1.477	885	1.238	
Contribuição Social	532	319	456	
TOTAL	2.009	1.204	1.723	1.684

c)Natureza dos créditos

DESCRIÇÃO		31/12/2014
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir		12.700
(-) Operações de Crédito até 5 mil – Risco H		(156)
Baixa de Operação de Crédito Acima de 30 mil		3.756
Provisão p/ Contingências		249
Total da base de cálculo em 31/12/14		16.549
Alíquota de Imposto de Renda		25%
Alíquota de Contribuição Social		15%
Crédito Tributário de Imposto de Renda		4.137
Crédito Tributário de Contribuição Social		2.483
Total dos créditos tributários em 31/12/14		6.620

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

e) Valor presente dos créditos ativados

O valor presente dos créditos ativados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$5.862 (2013 - R\$ 3.646). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

NOTA 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício.

Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos foram calculados na forma de juros sobre o capital próprio, conforme faculta a legislação vigente, no montante de R\$ 1.608 (2013 – R\$ 1.471).

Descrição	Exercícios	
	31/12/14	31/12/13
Lucro do Exercício	2.879	2.645
Destinação - Juros sobre o Capital Próprio	1.608	1.471
% de Distribuição	55,83%	55,61%
Juros sobre o Capital Próprio por Ação (R\$ por ação)	0,01	0,01

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído.

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados:

PARTES RELACIONADAS		ATIVO		PASSIVO		RESULTADO	
Descrição		2014	2013	2014	2013	2014	2013
FUNMINERAL		452	380	-	-	514	628
FUNPRODUIZIR		8.660	4.599	-	-	6.549	3.437
FOMENTAR		4.409	3.208	-	-	1.201	1.276
Juros de Capital Próprio - Estado de GO.		-	-	1.608	1.470	-	-
Recursos de Cobrança - BD-Goiás		-	-	272	1.221	-	-

NOTA 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

a) Índice da Basileia e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 30/06/2014, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Patrimônio de Referência	170.855
Índice de Basileia	85,55%
Nível I	85,55%
Nível II	-
Índice de Imobilização Basileia	2,62%
Limite	85,427
Solução	4,471
Folga de Imobilização	80,957

Em primeiro de março de 2013, o BACEN publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional: Resolução nº 4.192, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de Instituições Financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referência (PR); Resolução nº 4.193, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal.

O conjunto de 15 novas circulares do Banco Central do Brasil complementam as regras estabelecidas nas resoluções, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, Risk-Weighted Assets).

O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192, de 01/03/2013, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.193, de 01/03/2013, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas do Banco Central do Brasil, entre elas, a Resolução 3.464/07 e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13.

b) Risco Operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 3.380/06 e 3.490/07 e Circular 3383/08.

c) Julgamento da administração sobre o Índice de Basileia

A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 11%.

d) Cálculo do Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos Índices e a composição das exposições de risco em 31/12/2014, estão demonstrados conforme abaixo:

Capital Principal	Exercícios	
	31/12/14	31/12/13
Nível I	170.855	170.855
Nível II	-	-
Patrimônio de Referência	170.855	

Compatibilização do Patrimônio de Referência		
PR- Patrimônio de Referência	170.855	
RWA - Risk -Weighted Assets	199.704	
Margem PR Nível I Requerido	159.871	
PR Nível I Mínimo Requerido para o RWA	10.984	
Margem s/ Capital Requerido	161.868	
Capital Principal. Mínimo Requerido para o RWA	8.987	
Índice Basileia Capital	83,56%	
Índice Basileia Amplo	85,55%	

NOTA 19 - DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração é fixada em Assembleia Geral de Acionistas:

Descrição	Exercícios	
	31/12/14	31/12/13
Proventos	594	695
Gratificações	27	28
Conselho de Administração	324	363
Outros	483	560

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

NOTA 20 – SEGUROS

A Instituição mantém seguros de sua frota de veículos e seguro predial (não auditados).

NOTA 21 – AVAIS E FIANÇAS

A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avals ou fianças em 31/12/2014 e 31/12/2013.

NOTA 22 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

i. Ativos contingentes

- Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exígivel;

ii. Passivos contingentes

- Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

a) Provisões para Passivos Contingentes e Riscos Fiscais

A Agência é parte em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Referidas ações estão em poder da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Escritórios Terceirizados e Advogados da Agência , que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constitui-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas com as referidas ações.

- Ações Trabalhistas:

Compõem-se de uma ação, classificada como perda provável, onde o objeto é de danos morais e reintegração, valor em 31/12/2014 é de 48 mil reais.

- Ações Cíveis:

Compõem se de 4 Ações Classificadas como de perda Provável, e 16 ações Classificadas como de perda Possível, onde o objeto são de indenizações e revisionais, que em 31/12/2014, totalizam em 201 mil reais e,

Ações Fiscais:

Fisco Federal – Auto de Infração PIS/PASEP e COFINS.

A GoiásFomento adota o regime Cumulativo do PIS Cofins (alíquota de 0,65 e 4%, respectivamente,) e nos termos da Instrução Normativa 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas Agências de Fomento no País em razão da adoção do REGIME Cumulativo, gerando a possibilidade do enquadramento das Agências no Regime de Apuração Não- Cumulativa, destas contribuições, nos termos da Leis 10.837/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas instituições descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65 do (PIS/Pasep) e 7,6% do (Cofins).

Em data de 07 de julho de 2014 a GoiásFomento recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF 0120100.2014.00323, solicitando esclarecimento sobre a utilização do regime Cumulativo para apuração e cálculo

das contribuições sociais para PIS/Pasep e Cofins, utilizado por esta instituição, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o REGIME utilizado deveria ser o Não-Cumulativo, tendo em vista que as Agências de Fomento não se enquadraram no rol de instituições financeiras do Artigo 3º, Parágrafo 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto a forma de recolhimento utilizada pela GoiásFomento e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência da Receita Federal da Região 1º Região Fiscal aceitado os esclarecimentos apresentados, lavrando Auto de Infração nº 10120-728.196/2014-00, em 09/10/2014 muito embora, a diferença entre a utilização do Regime Cumulativo e Não Cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a alíquota zero (0) previsto no Decreto nº 5.442/05, o referido Auto acabou sendo lavrado no valor de R\$3.554., contrariando o direito previsto pelo Artigo 1º do referido Decreto a que a Instituição faz jus.

A Procuradoria Geral do Estado de Goiás, apresentou IMPUGNAÇÃO aos referidos autos de infração, na esfera administrativa a classificou o risco como de perda possível, visto que, outras Agências de Fomento do Brasil, em julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, tiveram êxito parcial.

NOTA 23 – ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS

A Agência de Fomento administra Fundos do Governo do Estado de Goiás. As principais informações sobre esses fundos são as seguintes:

Fundos Públicos	PL dez/14	Receita/14	PL dez/13	Receita/13
FUNPRODUIZIR	105.829	6.549	20.383	3.437
FUNMINERAL	18.221	514	16.818	628
FOMENTAR	364.258	1.201	393.676	1.276
TOTAL	488.308	8.264	430.877	5.341